

# Plano de Desenvolvimento Social de Matosinhos 2016 – 2020

## Documento Estratégico



Rede Social  
Matosinhos

# 1. Enquadramento

---

O presente documento estabelece as grandes orientações estratégicas do Plano de Desenvolvimento Social de Matosinhos 2016-2020 (PDS 2016-2020), elaborado no âmbito da sua Rede Social, e orientará a atuação de todas as organizações que integram o Conselho Local de Ação Social (CLAS) ao longo do período considerado.

O PDS 2016-2020 será estruturado em três componentes de planeamento:

## 1. Documento Estratégico

Este documento, que agora se apresenta, estabelece as prioridades estratégicas comuns a todos os atores e define os grandes objetivos a longo prazo.

## 2. Planos de Ação das Comissões Sociais das Uniãos de Freguesia e do Núcleo Executivo

Estes planos, que serão construídos após a aprovação em Plenário do documento estratégico, devem concorrer para a concretização dos grandes objetivos e ser orientados pelos mesmos princípios, nomeadamente pelo princípio da integração e complementaridade de respostas e não sobreposição. Os planos de ação das comissões sociais de uniões de freguesia serão parte integrante do Plano de Desenvolvimento Social.

## 3. Planos específicos

À semelhança do que já aconteceu no passado o PDS pode dar origem a alguns planos específicos cujo objetivo seja o aprofundamento da intervenção em determinada área ou setor. No contexto da Rede Social de Matosinhos foram anteriormente elaborados os seguintes planos específicos: Plano Gerontológico, o Plano de Desenvolvimento Social da Infância, Plano Municipal de Matosinhos para a Inclusão Social das Pessoas com Deficiências ou Incapacidades, Plano Municipal de Matosinhos para a Igualdade de Género. Pode, pois, prever-se o surgimento de outros planos específicos que permitam o aumento da eficiência da rede de

resposta e de serviços existentes sendo que tais planos devem igualmente concorrer para os grandes objetivos do PDS e serem coerentes com as suas opções estratégicas.

O PDS 2016-2020 é um documento que se fundamenta no Diagnóstico Social do Concelho 2015 e nos problemas/constrangimentos nele identificados, assim como nas linhas de forças/recursos aí enunciados. Para a elaboração do Diagnóstico Social foi realizada uma pesquisa e análise documental sobre o concelho e a realidade nacional. Vária bibliografia foi recolhida e estudos já realizados sobre a realidade local foram utilizados. Para além disso, foi levada a cabo uma recolha de informação estatística em função de uma lista de indicadores, criada para o efeito. Mas a grande aposta foi na implementação de uma metodologia ativa que conduziu à participação dos diferentes atores locais. Tal metodologia consubstanciou-se na realização de grupos de discussão que abrangeram centenas de pessoas e todas as entidades que integram o CLAS.

Também as Comissões Sociais de União de Freguesia tiveram um papel fundamental neste processo já que, não só as suas coordenações e entidades parceiras participaram nos *workshops* concelhios, como as próprias Comissões realizaram reuniões específicas com o objetivo de refletir sobre as realidades sociais locais, identificar problemas e de definir prioridades à luz da gravidade e da urgência de tais problemas sem ignorar, contudo, os recursos existentes. Neste sentido, o PDS que aqui se apresenta, bem como o Diagnóstico que o fundamenta, parte de um conhecimento sólido e abrangente da realidade.

No decurso do próprio processo de avaliação da implementação do Plano de Ação de 2014-2015 foi solicitado às Comissões Sociais de Freguesia que identificassem a emergência de novos problemas e que refletissem sobre a sua própria dinamização. Os elementos decorrentes dessa avaliação foram devidamente integrados no atual PDS.

O PDS de Matosinhos 2016-2020 deve ser entendido como um documento flexível, passível de ser atualizado e revisto mas deve ser um instrumento de formalização do compromisso dos diferentes atores com a Rede Social, congregando, concertando e integrando as intervenções e respostas de diferentes entidades. Deverá, pois, o PDS ser monitorizado de modo contínuo e avaliado

anualmente, de modo a ser possível identificar a eventual emergência de novos problemas que podem dar origem à reformulação de prioridades e, como tal, aferir as necessidades de intervenção. Por isso, o PDS não será um documento estático programador da intervenção a médio/ longo prazo, mas um sistema de atualização das prioridades e opções numa lógica de planeamento contínuo.

## 2. Visão

---

O Plano de Desenvolvimento Social de Matosinhos 2016-2020 tem como visão fazer de Matosinhos um concelho de referência, a nível nacional e internacional, em matéria de coesão social o que implicará o desenho de políticas que perspetivem a minimização de obstáculos que se colocam a pessoas e grupos de população no acesso a direitos humanos fundamentais; fomentem a participação ativa e o sentimento de pertença; concorram para uma governação integrada e melhorem, em geral, a qualidade de vida de cidadãos e cidadãs.

O Plano de Desenvolvimento Social de Matosinhos 2016-2020 estrutura-se em torno de seis eixos estratégicos que se constituem como desafios e opções para o desenvolvimento de políticas locais.

### 3. Princípios orientadores e estratégias transversais

---

A conceção do Plano de Desenvolvimento Social de Matosinhos 2016-2020, foi orientado por um conjunto de princípios orientadores que se devem constituir, a quando da sua implementação, em estratégias metodológicas que todas as ações e entidades parceiras devem procurar observar.

Assim, definem-se como princípios orientadores da ação as seguintes estratégias.

#### *Consagração de direitos*

Orientar a intervenção por uma lógica de garantia de direitos constitucionalmente consignados, contribui para fundamentar uma intervenção de aprofundamento da cidadania, respeitosa da dignidade das pessoas mas fomentadora das responsabilidades individuais e institucionais.

6

---

#### *Responsabilização e mobilização de todos os atores*

Este é um princípio que decorre da própria filosofia da Rede Social e que se apoia na constituição de uma parceria forte, responsável e dinamizadora dos diferentes recursos locais. Insere-se, também aqui, o princípio da subsidiariedade através do qual todos os recursos locais devem ser mobilizados para a resolução de problemas, antes de se passar para outro nível de resposta. A este nível importa não ignorar o papel importante que as coletividades e associações recreativas podem desempenhar.

Considerar os problemas das pessoas e das comunidades nas suas diferentes causas e manifestações é uma preocupação subjacente à criação de respostas integradas. A integração de respostas é o culminar de todo um processo de coordenação entre entidades e de diferentes departamentos e divisões no seio de uma mesma organização. Orientar a ação para uma maior integração significa: Identificar e eliminar redundância, isto é identificar ações semelhantes a serem desenvolvidas por várias equipas desnecessariamente e/ou sem interligação entre si; Identificar lacunas da intervenção; Pôr fim a eventuais incoerências e objetivos conflitantes da intervenção.

#### *Ação positiva*

Desenvolver uma ação positiva significa criar, junto dos grupos mais fragilizados da população, as condições para que sejam eliminados os fatores que conduziram a uma situação de desigualdade. Assim, e tendo em conta os dados recolhidos no âmbito do Diagnóstico Social do concelho serão alvo de priorização no desenvolvimento das ações, em função da natureza dessas mesmas ações:

- Pessoas vítimas de maus tratos, em particular crianças e pessoas idosas;
- Crianças em risco de insucesso e / ou de abandono escolar precoce;
- Pessoas com baixos níveis de instrução;
- Pessoas com deficiência;
- Jovens à procura do 1º emprego;
- Pessoas idosas sem retaguarda familiar e / ou sem situação de dependência.

#### *Igualdade de género*

A igualdade de género deve ser um princípio transversal a todas as ações, o que significa que estas devem identificar as restrições que se colocam a mulheres e a homens na sua vida pública e privada e procurar que tais restrições sejam

anuladas. De um modo mais geral, deve-se procurar favorecer, por diversos meios, o surgimento de condições que garantam a participação das mulheres nas diferentes esferas da vida pública – mercado de trabalho, participação social e política – e que facilite aos homens um bom desempenho na vida familiar onde, tradicionalmente, têm tido um papel menos ativo. Cabe, assim, pensar, por um lado na dessegregação do mercado de trabalho e, por outro, em medidas de conciliação entre a vida profissional e familiar.

### *Territorialização*

Este é um princípio para o qual as Comissões Sociais de Uniões de Freguesia são garante e que permite uma grande proximidade com a população local, seus problemas e necessidades.

### *Prevenção*

Para além de uma intervenção no problema e sobre o mesmo o Plano de Desenvolvimento Social deve acionar estratégias de atuação preventivas.

### *Participação*

A população deve ser entendida como elemento da parceria para a implementação das medidas previstas no Plano. Será da responsabilidade do Núcleo Executivo promover a participação da comunidade no próprio processo de acompanhamento e monitorização do Plano. Por outro lado, tendo em conta que Matosinhos faz parte integrante de uma sociedade mais vasta parece importante que este princípio assegure a contribuição do concelho para a concretização de objetivos nacionais, como por exemplo é o caso da integração de pessoas refugiadas.



### *Articulação com outros instrumentos de planeamento*

O Plano de Desenvolvimento Social considera a existência de outros planos locais e com eles estabelece relações. Exemplos disso são: Projeto Educativo Municipal, Plano Municipal de Saúde, Plano Local de Saúde, Plano Diretor Municipal.

Por outro lado, o PDS de Matosinhos garante coerência e articulação com documentos estratégicos de âmbito nacional, como seja: V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não -discriminação 2014 -2017 (V PNI), Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, Plano Estratégico para as Migrações, II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos, Estratégia Nacional para a Deficiência, Plano Nacional de Saúde Mental, Plano Nacional de Saúde, V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017, sem prejuízo de outros que venham a ser elaborados.

## 4. Problemas de intervenção prioritária

---

Na sequência do diagnóstico realizado, das discussões no âmbito dos *workshops* com vista à definição de problemas prioritários, e da avaliação feita no seio das Comissões Sociais de Freguesia, os problemas considerados como merecendo uma intervenção prioritária da Rede Social de Matosinhos 2016-2020 são os seguintes:

### *Educação*

- Persistência do insucesso escolar em níveis mais elevados do que na região;
- Dificuldades de cumprimento do designo da escola inclusiva;
- Quebra de dinâmica no sistema de aprendizagem ao longo da vida.

---

10

### *Economia, formação e emprego*

- Ausência de uma política pública e de linhas estratégicas para o crescimento da economia local e do emprego;
- Aumento do desemprego e, em particular, do desemprego qualificado;
- Desigualdades salariais entre homens e mulheres;
- Formações desajustadas às necessidades do mercado;
- Atitudes discriminatórias por parte de empregadores;
- Falta de (in)formação dos/as empregadores/as.

### *Habitação*

- Dificuldades de famílias em assegurarem as despesas com o arrendamento.

### *Proteção social*

- Aumento das situações de carência económica e alteração dos perfis.

### *Saúde*

- Forte presença de perturbações depressivas entre os utentes da ULS (sobretudo mulheres);
- Não identificação das questões de saúde mental como um problema;
- Fraca capacidade de resposta na área da saúde mental;
- Hábitos de vida não saudáveis;
- Dificuldades de comunicação dos/as profissionais de saúde com certos grupos de população - imigrantes; população cigana; pessoas com surdez.

11

---

### *Integridade e segurança*

- Dificuldades de implementação da lei da violência doméstica em particular no que diz respeito às medidas de afastamento de agressores e de proteção de vítimas;
- Aumento das situações de violência doméstica, em particular contra pessoas idosas e/ou com problemas demenciais;
- Aumento das sinalizações junto da CPCJ;
- Limites na intervenção ao nível da autonomização das vítimas de violência doméstica;
- Pouca qualificação das/os profissionais da Rede de Atendimento Integrado para um diagnóstico, de primeira linha, de casos de violência doméstica;
- Fraco trabalho em rede em matéria de violência doméstica.

- *Deficit* de competências parentais;
- Dificuldades no reconhecimento do estatuto de cidadania das crianças e dos Direitos enunciados na Convenção dos Direitos da Criança;
- Dificuldades de conciliação entre vida familiar e vida profissional;
- Imagens sociais negativas face a uma infância em risco;
- Banalização de alguns tipos de violência por parte dos jovens (*bullying*, violência no namoro);
- Normalização de certos consumos, em particular do consumo de álcool;
- Dificuldades de autonomização dos jovens;
- Aumento dos comportamentos depressivos e autodestrutivos.

*Pessoas idosas*

12

---

- Dificuldades de acesso aos equipamentos sociais por parte de pessoas com fracos recursos económicos;
- Falta de profissionais da área da reabilitação sobretudo nos equipamentos de apoio a pessoas idosas;
- Apoio domiciliário pouco flexível;
- Aumento das situações de dependência e de demência como consequência do aumento da longevidade e falta de preparação das/os profissionais das instituições para lidar com tais situações;
- Ausência de respostas que proporcionem o descanso de cuidadoras/es;
- Poucas respostas que visem a autonomização das pessoas com deficiência.

- Existência de preconceitos em relação às pessoas com deficiência;
- Poucas respostas que visem a autonomização das pessoas com deficiências;
- Ausência de respostas para descanso de cuidadoras/es
- Dificuldades de cumprimento do designo da escola inclusiva.

## 5. Eixos estratégicos

---

O Plano de Desenvolvimento Social de Matosinhos 2016-2020 estrutura-se em torno de seis eixos estratégicos:

- 1- Para uma governação integrada
- 2- Comunicação e divulgação
- 3- Qualificação das pessoas e organizações
- 4- Garantia do acesso a direitos
- 5- Concelho amigo das famílias e das gerações
- 6- Cidadania e participação ativa

Estes eixos contemplam a definição de finalidades e de objetivos gerais que devem, por sua vez, orientar o estabelecimento, por parte dos parceiros, de objetivos específicos e ações ou medidas. Os eixos foram pensados de modo a responder aos problemas de intervenção prioritária identificados no Diagnóstico Social do Concelho.

O eixo 1 “Para uma governação integrada” e o eixo 2 “Comunicação e divulgação” procuram, por um lado, ser instrumentos de implementação de alguns dos princípios anteriormente enunciados e, por outro lado, responder às necessidades identificadas na última avaliação da Rede Social onde foram identificados as seguintes questões / fragilidades:

- i) Ausência de poder de decisão por parte de algumas/alguns representantes institucionais nas Comissões Sociais de Freguesia;
- ii) Rotatividade de representantes criando descontinuidade nas dinâmicas;
- iii) Fraco espírito de iniciativa;
- iv) Ausência de parceiros “chave” nas atividades das comissões;
- v) Perceção, por parte de algumas entidades, de que o trabalho em rede é uma sobrecarga à sua própria atuação não reconhecendo este funcionamento como uma metodologia da sua própria atuação institucional.

<b>Eixo Estratégico 1 – Para uma governação integrada</b>	
<b>FINALIDADE</b>	<b>OBJETIVOS GERAIS</b>
1. Coordenar e monitorizar a intervenção social no concelho de modo a evitar sobreposições e a direcionar as políticas para as necessidades prioritizadas	1.1.Promover o funcionamento em rede e a coordenação das respostas
	1.2.Produzir informação constante sobre a realidade social local
	1.3. Produzir informação sobre a implementação do PDS e o funcionamento da Rede Social

<b>Eixo Estratégico 2 – Comunicação e divulgação</b>	
<b>FINALIDADE</b>	<b>OBJETIVOS GERAIS</b>
2. Dar visibilidade à Rede Social de Matosinhos e promover identificação dos parceiros com a mesma	2.1. Criar e dinamizar mecanismos de divulgação da Rede Social
	2.2. Promover uma dinâmica de encontros anuais entre entidades parceiras da Rede Social para discussão de práticas
	2.3. Criar um sistema de incentivo à participação na Rede Social e de reconhecimento social das entidades com maior participação



<b>Eixo Estratégico 3 – Qualificação das pessoas e organizações</b>	
<b>FINALIDADES</b>	<b>OBJETIVOS GERAIS</b>
Melhorar a atuação das organizações através de um sistema de formação contínua	<p>3.1. Criar um sistema de formação contínua para profissionais que foque, entre outras matérias como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Violência doméstica</li> <li>ii) Processos demenciais</li> <li>iii) Igualdade de género e à não discriminação no trabalho e no emprego (Diretiva 2006/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de julho de 200)</li> <li>iv) Não discriminação (Diretiva 2000/78/CE)</li> <li>v) Convenção dos Direitos da Criança e sua implementação na prática</li> <li>vi) Cultura cigana</li> </ul> <p>3.2. Criar uma “comunidade de prática” entre profissionais e familiares de pessoas idosas com dependência.</p> <p>3.3. Criar um programa de formação contínua de cuidadores/as informais</p> <p>3.4. Criar um sistema de qualificação da intervenção na violência doméstica</p>
Aumentar os níveis de qualificação da população adulta	3.4. Dinamizar o sistema local de Centros para a Qualificação e Ensino Profissional
Aumentar as competências de empregabilidade	3.5. Dinamizar medidas de desenvolvimento de competências de pessoas desempregadas

<b>Eixo Estratégico 4 – Garantia do acesso a direitos</b>	
<b>FINALIDADES</b>	<b>OBJETIVOS GERAIS</b>
Promover o direito ao sucesso educativo	4.1. Dar continuidade à política de promoção do sucesso educativo
Promover o acesso ao emprego	4.2. Definir linhas estratégicas para o crescimento da economia local e do emprego 4.3. Estreitar a relação entre ofertas e as necessidades da economia local 4.4. Promover a orientação vocacional das pessoas mais jovens e a sua informação para a inserção no mercado de trabalho
Melhorar níveis de proteção social da população mais vulnerável	4.4. Dar continuidade ao Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento 4.5. Criar política de alargamento do serviço de Apoio Domiciliário para pessoas idosas e pessoas em situação de dependência 4.6. Criar política que dote as instituições de serviços de reabilitação 4.7. Dar continuidade ao programa de apoio alimentar
Garantir o acesso aos cuidados de saúde	4.8. Criar dispositivos de facilitação da comunicação entre utentes e serviços de saúde
	4.9. Reforçar as estruturas de Cuidados Continuados

## **Eixo Estratégico 5 – Concelho amigo das famílias e das gerações**

<b>FINALIDADES</b>	<b>OBJETIVOS GERAIS</b>
Promover a intergeracionalidade	5.1. Criar programa de atividades de relacionamento intergeracional
Criar condições para a(s) autonomia(s)	5.2. Dar continuidade e divulgar o Programa Matosinhos Amigo 5.3. (4.5.) Criar política de alargamento do serviço de Apoio Domiciliário para pessoas idosas e pessoas em situação de dependência 5.4. Estudar a viabilidade de respostas residenciais para a autonomização de jovens com deficiências e de jovens institucionalizados 5.5. Estruturar uma política municipal para a juventude
Garantir acessibilidades	5.5. Estudar a viabilidade de alargamento da rede de transportes públicos 5.6. Dar continuidade à política autárquica de acessibilidades
Promover hábitos de vida saudáveis	5.6. Desenvolver projetos de saúde oral 5.7. Desenvolver iniciativas de promoção de alimentação saudável 5.8. Desenvolver programas de prevenção de consumos abusivos 5.9. Desenvolver programas de animação sociocultural na comunidade e nas instituições
Garantir a qualidade dos cuidados nas famílias	5.10. Criar medidas para facilitar o descanso das pessoas cuidadoras de pessoas com deficiência ou em situação de dependência 5.11. Criar política para o desenvolvimento de competências parentais e prevenção de maus tratos na infância

<b>Eixo Estratégico 6 – Cidadania e participação ativa</b>	
<b>FINALIDADES</b>	<b>OBJETIVOS GERAIS</b>
Promover uma cidadania ativa respeitadora das diferenças e da dignidade de todos os seres humanos	6.1. Criar campanhas e iniciativas públicas de combate a preconceitos e estereótipos em função da idade, do sexo e da pertença étnica
	6.2. Criar política de acolhimento de pessoas refugiadas
	6.3. Criar e dinamizar Conselho Consultivo das Pessoas Idosas
	6.4. Dinamizar o Conselho Consultivo da Juventude
Incentivar a prática de voluntariado	6.5. Dar continuidade ao VEM.



## 6. Proposta para a construção dos Planos de Ação

Para a construção dos planos de ação propõe-se a seguinte estrutura:

Eixos	Objetivos gerais	Objetivos específicos / operacionais	Ações / Medidas	Metas	Indicadores	Responsável	Entidades envolvidas	Calendarização

## 7. Modelo de monitorização e avaliação

---

A avaliação tem sido considerada como “um conjunto de procedimentos para julgar os méritos de um programa e fornecer uma informação sobre os seus fins, as suas expectativas, os seus resultados previstos e imprevistos, os seus impactes e os seus custos” (Fink, A, 1982 in Guerra, 2000). A avaliação é, pois, o processo através do qual se obtém informações que dão conta dos resultados alcançados, da eficácia da intervenção, dos obstáculos que se colocam à implementação da intervenção, possibilitando uma melhor elaboração de projetos futuros.

Nesta fase de definição do PDS de Matosinhos, como em qualquer fase de planeamento de uma intervenção, deve estar contemplado um plano de avaliação.

Porque se envolvem várias equipas de trabalho e diferentes instituições, propõe-se uma avaliação de carácter misto, combinando vários tipos de avaliação tendo em conta os elementos envolvidos no processo. O recurso à “auto-avaliação” deverá ser frequente, envolvendo-se, com apoio externo, ou não, as equipas que irão executar o Plano e, sobretudo, os elementos do Núcleo Executivo. A “auto-avaliação” salienta o papel da avaliação como uma aprendizagem, como um processo participativo e educativo.

A “autoavaliação” orienta-se pelos seguintes princípios:

- Participação e envolvimento de todos, pese embora a possibilidade da existência de animação externa.
- Dinâmica e interação entre os diferentes elementos da equipa no sentido de uma partilha da informação que fomentará o processo de avaliação.
- Reflexão em torno da informação recolhida.

A “autoavaliação” tem como objetivo final produzir mais e melhor conhecimento sobre a intervenção e o meio social em que se atua; contribuir para uma maior eficácia das ações.

Neste sentido, a avaliação não serve para fiscalizar, nem para punir, mas deve ser entendida como um processo de reflexão sobre a ação, indispensável para o planeamento das ações futuras.

Propõe-se, assim, um modelo de avaliação orientada para a utilização, e, tal como os princípios da “autoavaliação” indicam, uma avaliação coletiva, na qual as várias equipas participam e onde se verifica uma partilha da informação. Este modelo concilia-se com uma avaliação por objetivos através do qual se procura medir a forma e a intensidade com que determinados objetivos foram atingidos.

Quanto ao momento em que se irá realizar a avaliação, deve apostar-se, nesta fase, avaliação on-going, concretizada através da realização de duas reuniões com representantes das Comissões Sociais de Freguesia, para o efeito.

Os destinatários do processo de avaliação serão os/as profissionais directamente envolvidos/as na execução do Plano, os parceiros representados no CLAS mas também a população do concelho de Matosinhos, em particular os seus beneficiários diretos.

A avaliação do PDS será feita em torno dos seguintes critérios e questões-chave:

Critérios	Questões-chave
<b>Coerência Interna com o Diagnóstico</b>	O Plano é coerente com o retrato traçado no diagnóstico? As linhas orientadoras propõem estratégias de mudança, no sentido da resolução das necessidades que foram colocadas pelo Diagnóstico? E dá resposta às necessidades prioritárias ou refere-se a outras?
<b>Pertinência</b>	O Plano intervém nas variáveis estratégicas para produzir a mudança? Não haverá outras áreas ou problemáticas sobre as quais se possa intervir que produzam a mudança de forma mais eficaz?
<b>Integração</b>	As ações preveem as fontes de financiamento possíveis?
<b>Sinergia</b>	A utilização dos recursos está a ser pensada de forma a potenciar os já existentes e /ou criar outros?
<b>Coerência Interna ao Plano de Ação</b>	As ações inscritas em Plano de Ação, efetivamente para a concretização das finalidades e dos objetivos gerais?
<b>Exequibilidade</b>	As ações delineadas são passíveis de serem concretizadas?
<b>Operacionalidade</b>	Existem metas quantificadas? É possível através do enunciado dos objetivos específicos verificar se os objetivos foram cumpridos ou não?
<b>Responsabilidade</b>	É possível saber quais os responsáveis pelas ações e projetos previstos?
<b>Adequação</b>	As ações estão conformes ao que foi enunciado no projeto? A sua calendarização respeita os cronogramas formulados? A afetação de recursos prevista está a ser respeitada?
<b>Participação</b>	Os parceiros estão a ser devidamente mobilizados para a intervenção? Os potenciais beneficiários estão a ser dinamizados por forma a assumirem uma atitude proactiva na resolução dos seus problemas?
<b>Aderência</b>	As pessoas e organizações a quem são destinadas as ações estão a aderir a elas?
<b>Eficácia</b>	Os objetivos de impacto que se procuraram obter através das ações foram conseguidos?



## Dinamização da avaliação



